

O ajustamento e o limite dos sacrifícios

LUIS EULÁLIO VIDIGAL

No momento em que se prepara a chamada "frase três" da negociação da dívida externa, mas uma vez o encaminhamento da questão depara-se com as incertezas vividas na fase anterior. As perspectivas de nova alta de juros, a escalada do protecionismo nos países industrializados e um eventual aumento dos preços do petróleo representam, de fato, ameaças externas inquietantes. E qualquer uma delas pode tornar inútil todo o esforço de ajustamento realizado até agora.

Uma abordagem mais abrangente demonstra, no entanto, que não são só ameaças externas que nos afligem. Há uma outra, interna e peculiar aos

países devedores, configurada na possibilidade de que a exa gerada rigidez da política de ajustamento eleve as tensões internas a limites intoleráveis. E isso é o que considero, atualmente, a quarta grande ameaça

denação econômica que nos é imposto, os países credores não ignoram essa ameaça. Na recente reunião de cúpula de Londres, embora tenham insistido na necessidade dos ajustamentos internos, seus representantes não deixaram de reconhecer que as políticas com essa finalidade devem levar em conta as dificuldades sociais e políticas peculiares a cada país. Mas a declaração final do encontro, como se sabe, foi por demais genérica. As questões cruciais da



LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO é Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Vice-Presidente da Cobrasma S.A. e Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

taxa de juros e do protecionismo, por exemplo, não foram abordadas concretamente. E a alta da "prime rate" ocorrida duas semanas após o encerramento da reunião, nos conduz a uma única conclusão: de que todos os esforços feitos pelos devedores poderão resultar inúteis, pois seus resultados estão condicionados a eventos e atitudes que independem completamente de nossa vontade e de nossos sacrifícios.

Sacrifícios, de fato, não nos faltam para concretização de nossa política de ajustamento. Mas é certo que, para o Brasil, nas atuais circunstâncias, a componente principal dessa estratégia é a que está sendo adotada, voltada basicamente para o mercado externo. Entretanto, há uma diferença fundamental entre países em desen-

volvimento que, antes mesmo no início do ajustamento, já tinham sua vocação para o mercado externo consolidada, e outros cujas economias sempre foram voltadas para o mercado interno.

Naturalmente, os países para os quais a exportação já representava importante fonte de sustentação econômica não têm de fazer grandes sacrifícios para executar essa política através do aumento das exportações, pois o esforço de contenção interna, que o ajustamento requer, é perfeitamente suportável. Mas, para os países com baixos coeficientes de exportação, a mesma dose de sacrifício pode ser social e politicamente insuportável.

Outro fator de diferenciação dos países devedores é a proporção da dívida externa sujeita a taxas de

juros reajustáveis periodicamente. Qualquer alta ou perspectiva de alta compromete menos o esforço de ajustamento, obviamente, se a parcela da dívida sujeita a taxas flutuantes for menor.

Esses dois aspectos — o peso relativo das exportações antes do início do reajuste e a proporção do custo da dívida que oscila em função do nível da taxa de juros — têm de ser levados em consideração na atual fase de negociação.

O Brasil tem 71% de sua dívida sujeitos às variações dos juros. E está entre os países que têm um dos mais baixos coeficientes de abertura da economia. Esses dados nos conduzem a uma constatação nada animadora: o atual incremento das exportações é suficiente para estancar a recessão — o que já é um fato —, mas não para liderar, sozinho, o processo de recuperação. A não ser a prazo muito longo, quando já poderá ser tarde demais.

Para reduzir o sacrifício imposto à sociedade pelas políticas de ajustamento, é preciso aliviar por alguns anos o peso do serviço da dívida. Na próxima fase de negociação, portanto, é fundamental que se obtenha suficiente folga, e uma certa tranquilidade, para que o PIB brasileiro per capita volte a crescer a partir de 1985, ainda que inicialmente a taxas modestas. É fundamental promover o ajustamento, mas é preciso também sentir até que ponto, e até quando a sociedade será capaz de aceitar sacrifícios.